

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

31 de dezembro de 2025 e 2024
com Relatório do Auditor Independente

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras auditadas individuais e consolidadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10



Shape the future
with confidence

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar - Chácara das Pedras
91330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial
São Paulo/SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

Recuperação judicial e continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que na data de 24 de julho de 2024 o Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) da Companhia foi aprovado em Assembleia Geral de Credores, prevendo o pagamento dos credores em até vinte anos, com diversos escalonamentos e ordem de preferência legais. Conforme apresentado na nota explicativa 1, em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que dependerá da realização dos ativos e do pagamento dos passivos diretamente vinculados ao PRJ aprovado. Esses fatores são essenciais para definir a viabilidade da continuidade dos negócios da Companhia e sua controlada. Até a conclusão dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, as condições previstas no PRJ aprovado foram atendidas com o pagamento dos credores nos prazos previamente definidos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 16 de junho de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Raquel Laguna Zambelli Cerqueira
Contadora CRC RS-069287/O

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	92	7	5.888	44.608
Aplicação financeira	6	-	-	39.718	1.176
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	-	-	780
Contas a receber de clientes	8	-	-	121.743	117.206
Créditos com partes relacionadas	19	-	80	-	-
Estoques	9	-	-	182.382	148.138
Impostos a recuperar	10	5	1	8.319	2.122
Despesas antecipadas		-	-	479	744
Outros créditos		-	-	8.368	4.905
Total do ativo circulante		97	88	366.897	319.679
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Conta vinculada	7	-	-	1.358	1.899
Depósitos judiciais		-	-	189	404
Investimentos	13	94.121	95.164	4	4
Imobilizado	12	-	-	105.442	110.159
Direito de uso	15	-	-	86.530	93.130
Intangíveis	14	-	-	2.265	2.729
Total do ativo não circulante		94.121	95.164	195.788	208.325
Total do ativo		94.218	95.252	562.685	528.004

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	8	-	66.410	35.677
Fornecedores RJ	16	-	-	6.589	9.405
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	13.029	21.055
Empréstimos, financiamentos e debêntures RJ	17	-	-	5.239	6.143
Impostos a recolher	20	-	-	39.375	7.310
Salários e férias a pagar		-	-	10.577	10.579
Provisão para contingências	22	-	-	1.723	1.553
Outras contas a pagar	21	-	-	16.772	13.355
Arrendamento direito de uso	15	-	-	13.231	11.517
Total do passivo circulante		8	-	172.945	116.594
Não circulante					
Fornecedores RJ	16	-	-	7.718	14.374
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	-	1.802	6.722
Empréstimos, financiamentos e debêntures RJ	17	-	-	194.211	191.195
Impostos diferidos	11	-	-	4.496	6.683
Impostos a recolher	20	-	-	11.314	12.966
Arrendamento direito de uso	15	-	-	74.949	83.169
Total do passivo não circulante		-	-	294.490	315.109
Patrimônio líquido	23				
Capital social		289.602	289.512	289.602	289.512
Reserva de capital		(31.797)	(31.797)	(31.797)	(31.797)
Prejuízos acumulados		(168.360)	(167.315)	(168.360)	(167.315)
Ajustes acumulados de conversão		4.765	4.852	4.765	4.852
Total do patrimônio líquido		94.210	95.252	94.210	95.252
Acionistas não controladores		-	-	1.040	1.049
Total do patrimônio líquido e acionistas não controladores		94.210	95.252	95.250	96.301
Total do passivo e patrimônio líquido		94.218	95.252	562.685	528.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	24	-	-	626.083	524.359
Custo das vendas	25	-	-	(412.276)	(343.921)
Lucro bruto		-	-	213.807	180.438
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas	26	-	-	(156.084)	(118.788)
Despesas administrativas	26	(99)	(93)	(37.175)	(44.794)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	26	-	-	(9.400)	(4.156)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(959)	12.199	-	-
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro		(1.058)	12.106	11.148	12.700
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	14	15	30.795	43.470
Despesas financeiras	26	(2)	(2)	(40.619)	(43.112)
Resultado financeiro		12	13	(9.824)	358
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		(1.046)	12.119	1.324	13.058
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	11	-	-	(4.567)	(461)
Diferido	11	-	-	2.187	(344)
Lucro (Prejuízo) do exercício		(1.046)	12.119	(1.056)	12.253
Atribuível a:					
Acionistas controladores				(1.046)	12.119
Acionistas não controladores				(10)	134
Lucro (Prejuízo) por ação				(0,01)	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (Prejuízo) do exercício	(1.046)	12.119	(1.056)	12.253
Outros resultados abrangentes a serem classificados para resultado do exercício em exercícios subsequentes:				
Variação cambial controlada	(86)	5.021	(86)	5.021
Total de resultado abrangente do exercício	(1.132)	17.140	(1.142)	17.274
Atribuível a:				
Acionistas controladores			(1.132)	17.140
Acionistas não controladores			(10)	134
			(1.142)	17.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Acionistas controladores					Participação de acionistas não controladores	
	Capital social	Reserva de capital	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total		Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	289.512	(31.797)	(169)	(179.434)	78.112	860	78.972
Lucro do exercício	-	-	-	12.119	12.119	134	12.253
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	5.021	-	5.021	55	5.076
Saldos em 31 de dezembro de 2024	289.512	(31.797)	4.852	(167.315)	95.252	1.049	96.301
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.046)	(1.046)	(10)	(1.056)
Integralização de capital	90	-	-	-	90	-	90
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(86)	-	(86)	-	(86)
Outros	-	-	-	-	-	1	1
Saldos em 31 de dezembro de 2025	289.602	(31.797)	4.766	(168.361)	94.210	1.040	95.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.046)	12.119	1.324	13.058
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	-	-	10.541	10.409
AVP de arrendamento	-	-	7.433	7.819
Amortizações de ativo de direito de uso	-	-	11.930	10.543
Provisão (reversão) para giro lento de estoque	-	-	(252)	334
Provisão (reversão) de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	2.080	(869)
Provisão para contingências judiciais	-	-	170	735
Juros/atualização de empréstimos/financiamentos	-	-	8.647	12.364
Ajuste a valor presente	-	-	-	(264)
Baixas de bens do ativo imobilizado e intangível	-	-	166	55
Haircut de fornecedores, empréstimos e financ. - Receitas RJ	-	-	-	(27.192)
Resultado de equivalência patrimonial	959	(12.199)	-	-
Variação em ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	-	-	(6.617)	15.224
Estoques	-	-	(33.992)	(9.089)
Partes relacionadas	80	73	-	-
Impostos a recuperar	(4)	8	(6.197)	8.566
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	780	(780)
Outros ativos	-	1	(3.068)	2.261
Fornecedores	8	-	21.260	(6.807)
Outras obrigações - risco sacado	-	-	-	(7.573)
Salários e encargos	-	-	(2)	1.466
Impostos e contribuições a recolher	-	-	25.848	(7.744)
Outros passivos	(2)	-	3.417	12.481
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(5)	2	43.468	34.997
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação financeira	-	-	(38.001)	8.547
Compras de imobilizado	-	-	(5.471)	(4.286)
Compras de intangível	-	-	(56)	(99)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	-	-	(43.528)	4.162
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	5.000	18.295
Pagamento de arrendamento	-	-	(19.269)	(18.301)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(24.481)	(42.229)
Integralização de capital	90	-	90	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamento	90	-	(38.660)	(42.235)
Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes	85	2	(38.720)	(3.076)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes no início do exercício	7	5	44.608	47.684
Caixa e equivalentes no final do exercício	92	7	5.888	44.608
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	85	2	(38.720)	(3.076)
Itens que não afetam o caixa				
Novos contratos de arrendamentos	-	-	122	155
Remensuração de contratos de arrendamentos	-	-	5.208	5.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da Companhia é na Avenida Jabaquara, 2229, conjunto 121, Mirandópolis, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras.

Em 30 de agosto de 2011, a Companhia adquiriu o controle acionário da Brinox Metalúrgica S.A. - Em Recuperação judicial ("Brinox"), sociedade anônima de capital fechado situada em Caxias do Sul/RS, Brasil. A Brinox tem por objeto social, indústria, comércio varejista, atacadista e eletrônico, importação e exportação de utilidades domésticas, faqueiros, peças de cutelaria, panelas, tesouras, lixeiras, acessórios para banheiro, cubas, pias, lavatórios, móveis e artigos de decoração em aço inoxidável, latão, alumínio, alpaca, ferro, plástico, acrílico, madeira, vidro, melamina, porcelana, cerâmica e demais matérias primas disponíveis no mercado, bem como a sublocação de imóveis de terceiros.

Durante o exercício de 2025 a Administração manteve seus esforços voltados para adequar sua estrutura operacional e financeira, refletindo em incremento da receita operacional líquida em comparação ao exercício anterior, principalmente, em decorrência do aumento do volume de negócios. A margem operacional foi mantida em níveis semelhantes aos observados em 2024, sem oscilações relevantes, consequência do controle rigoroso dos custos e despesas fixas. O capital circulante líquido também se manteve positivo. Contudo, a Companhia e sua controlada apresentaram prejuízo de R\$1.056 em 31 de dezembro de 2025 e o prejuízo acumulado atingiu o montante de R\$168.360 (R\$167.315 em 31 de dezembro de 2024). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua controlada auferiram lucro líquido de R\$12.253, sendo esse valor impactado positivamente pelo reconhecimento do perdão da dívida (*haircut*) no montante de R\$27.192 referente à novação das dívidas junto a fornecedores e instituições financeiras, respectivamente, nos valores de R\$11.613 e R\$15.579, contribuindo para o lucro auferido no exercício de 2024.

Em 2025, a Companhia e sua controlada reconheceram o montante de R\$2.059 (R\$12.171 em 31 de dezembro de 2024) referente às despesas relacionadas ao processo de recuperação judicial, substancialmente compostas por honorários do administrador judicial e serviços advocatícios.

A Companhia e sua controlada seguem operando regularmente, demonstrando cumprimento dos compromissos pactuados no plano de recuperação judicial até o momento.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Recuperação judicial

Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) número 24 do livro 02, realizada em 25 de agosto de 2023, foi aprovado o ajuizamento do pedido de recuperação judicial da Companhia, buscando, com tal medida equacionar o endividamento financeiro, assegurando a preservação e continuidade de suas operações. Em 29 de agosto de 2023 a Rio Jari ajuizou, em conjunto com a sua controlada Brinox, o Pedido de Recuperação Judicial a partir do processo nº 5040462-19.2023.8.21.0010 perante a Comarca de Caxias do Sul/RS, nos termos da Lei nº 11.101/05.

Por meio de decisão proferida em 30 de agosto de 2023, o processamento da recuperação judicial foi deferido pelo Juízo responsável e iniciou o período de proteção legal ("*stay period*"), com ordem de suspensão das execuções e outras ações que possam levar à constrição ou expropriação do patrimônio das recuperandas, pelos créditos sujeitos ao plano de recuperação, pelo prazo de 180 dias, com prerrogativa de prorrogação, ficando também suspensa a prescrição pelo mesmo prazo, ressalvadas as ações previstas no parágrafo 1º do artigo 6º da Lei 11.101/2005, ficando vedada a expropriação dos bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o período da recuperação judicial, inclusive por créditos não sujeitos ao plano de recuperação, nos termos dos §§ 7-A e 7-B do artigo 6º. da Lei 11.101/2005.

Em 27 de outubro de 2023, a Companhia apresentou seu Plano de Recuperação Judicial (PRJ), contendo os meios de recuperação a serem empregados, a relação de credores e o laudo de avaliação dos bens e ativos. Conforme disposto no artigo 41 da Lei nº 11.101/2005, os credores foram classificados em quatro classes:

- Classe I - Trabalhistas: Créditos derivados da legislação do trabalho ou por acidentes de trabalho;
- Classe II - Garantia Real: Créditos com garantia real (penhor, hipoteca, etc.);
- Classe III - Quirografários: Demais créditos sem garantia real, inclusive fornecedores e instituições financeiras;
- Classe IV - ME/EPP: Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Os credores das Classes III e IV puderam optar por diferentes modalidades de pagamento previstas no PRJ, conforme detalhado nas notas explicativas 16 e 17.

Nenhum credor foi enquadrado na Classe II - Garantia Real.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Recuperação judicial--Continuação

Os credores da Classe I têm somente uma modalidade de pagamento prevista no PRJ. O credor recebeu a quantia de R\$13 limitado ao valor do respectivo crédito, em parcela única, à vista, devida em até 30 (trinta) dias contados da data de homologação do PRJ, sem correção monetária. O saldo, até o limite de R\$150, será pago em 12 (doze) vezes, mensais e sucessivos, corrigidos pelo IPCA. Quando ultrapassado o limite de R\$150, receberão nos termos da opção 2.

Em 17 de janeiro de 2024, a Companhia publicou edital convocando os credores para se reunirem em Assembleia Geral de Credores (AGC) para votação do PRJ, com realização, em 1ª convocação, em 22 de fevereiro de 2024, e em 2ª convocação, em 07 de março de 2024.

Em 22 de fevereiro de 2024, a AGC não apresentou a participação de credores com quórum mínimo requerido pela Lei 11.101/2005 para instalação da AGC em 1ª convocação e, assim, comunicou aos credores a sua não instalação, convocando-os a comparecer no dia 07 de março de 2024 para realização da AGC, em 2ª convocação, a ser instalada com qualquer número de credores presentes.

Em 07 de março de 2024, a Companhia solicitou o adiamento da AGC para aprovação do PRJ para 07 de maio de 2024, que foi aprovada pelos credores por maioria de votos. Todavia, considerando a decretação de estado de calamidade pública no Estado do RS em face de chuvas, inundações e bloqueio de estradas, o Administrador Judicial deferiu o pedido, de cancelamento da AGC marcada para o dia 7 de maio de 2024, ficando as partes intimadas à nova data da Assembleia que foi realizada em 12 de junho de 2024, porém foi suspensão e remarcada para a nova data, de 24 de julho de 2024.

No curso daquele procedimento, o PRJ foi aprovado pela maioria dos credores presentes em Assembleia realizada em 24 de julho de 2024 e homologado pelo Juízo competente em 15 de agosto de 2024, ocasião em que foi concedida a Recuperação Judicial ao Grupo Brinox. Devido à homologação do PRJ, todos os créditos sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial (art. 49 da Lei 11.101/2005) devem ser pagos de acordo com as premissas previstas no documento, cabendo a cada um dos credores comunicar o Grupo Brinox e o Administrador Judicial, no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data de homologação e nos moldes previstos no Plano, a opção escolhida para o pagamento de seu crédito.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Recuperação judicial--Continuação

A Companhia vem cumprindo com os pagamentos e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia liquidou o montante de R\$18.376, sendo R\$11.811 junto a fornecedores e R\$6.565 junto a instituições financeiras (R\$9.552 em 31 de dezembro de 2024, sendo R\$2.956 junto a fornecedores e R\$6.596 a instituições financeiras), conforme cronograma aprovado na AGC. Desde o deferimento da recuperação judicial, a Companhia não realizou qualquer alienação de ativos imobilizados sem prévia autorização judicial. No período, não houve venda de bens do ativo imobilizado, apenas baixas pontuais de bens por descarte, em razão da impossibilidade de reparo ou recuperação, devidamente comunicadas ao administrador judicial.

Não há referência a qualquer alegação de descumprimento formal ou impugnação até a presente data.

1.2. Continuidade operacional

A Administração monitora permanentemente as necessidades de recursos de curto prazo da Companhia e sua controlada visando avaliar riscos à continuidade normal dos negócios e ações a serem tomadas neste contexto.

Apesar dos desafios financeiros enfrentados, a administração da Companhia e da sua controlada está dedicada em continuar implementando medidas para fortalecer sua posição financeira e operacional, incluindo a redução de custos, a reestruturação de dívidas e a renegociação de contratos.

A Companhia e sua controlada continuam operando com suas atividades produtivas normalmente e mantendo o fornecimento de produtos aos clientes durante o processo de recuperação judicial. A manutenção das operações é essencial não apenas para preservar o valor para os credores, mas também para proteger os interesses dos funcionários, clientes, fornecedores e outras partes interessadas.

A Administração acredita que por meio da aprovação do plano de recuperação judicial junto a seus credores e o cumprimento do plano que vem ocorrendo conforme o cronograma proposto, fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional da Companhia e da sua controlada. Adicionalmente, a administração entende que os fluxos de caixa a serem gerados pela Companhia e pela sua controlada com base no orçamento de suas operações serão suficientes para continuar honrando com todos os compromissos assumidos.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Continuidade operacional--Continuação

Adicionalmente, a controlada Brinox ingressou em 2026 com pedido de transação tributária junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com o objetivo de renegociar passivos tributários federais, incluindo redução de multa e juros e eventual utilização de prejuízos fiscais acumulados para abatimento parcial do principal, conforme regulamentação aplicável.

Dessa forma, não foram identificados outros eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter a continuidade operacional da Companhia e de sua controlada.

2. Sumário das políticas contábeis materiais

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da legislação societária e pela edição de pronunciamentos contábeis por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas brasileiras aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia revisou e adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que são efetivas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e sua controlada seguiram as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia e sua controlada no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas e premissas periodicamente em um exercício não superior a um ano.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para a determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios.

A apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada e autorizada em reunião de diretoria realizada em 16 de junho de 2026.

2.2. Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

2.3. Demonstrações financeiras consolidadas

A demonstração financeira consolidada é composta pela demonstração financeira da Companhia, da controlada direta Brinox Metalúrgica S.A. - Em Recuperação Judicial e das controladas indireta: Roceral S.A., localizada no Uruguai, Casidades S.A., localizada em Hong Kong e Habitat Comércio de Utilidades Ltda., localizada no Brasil, conforme apresentado a seguir:

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.3. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

Razão social	País	Relação	Percentual de participação	
			31/12/2025	31/12/2024
Brinox Metalúrgica S.A.- Em Recuperação Judicial	Brasil	Direta	98,91%	98,91%
Roceral S.A.	Uruguai	Indireta	100%	100%
Casidades S.A.	Hong Kong	Indireta	100%	100%
Habitat Comércio de Utilidades Ltda.	Brasil	Indireta	100%	100%

As demonstrações financeiras das controladas foram elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos entre empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

2.4. Reconhecimento de receita

O CPC 47 - Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- (i) A identificação do contrato com o cliente;
- (ii) A identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) A determinação do preço da transação;
- (iv) A alocação do preço da transação; e
- (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.4. Reconhecimento de receita--Continuação

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Após a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial a Companhia reconheceu em 2024 como receita financeira o impacto de *haircut* junto a seus credores instituições financeiras.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.6. Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

Matérias primas e material de uso e consumo - custo de aquisição segundo o custo médio.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.6. Estoques--Continuação

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.7. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia, que não aumentem a vida útil do imobilizado, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas que levam em consideração a vida útil remanescente dos bens, conforme descrito abaixo:

Classes Patrimoniais	Vida Útil
Computadores e softwares	5 - 16 anos
Máquinas e equipamentos	5 - 27 anos
Móveis e utensílios	4 - 30 anos
Moldes e Matrizes	10 - 20 anos
Instalações e Benfeitorias	10 - 25 anos
Veículos	5 -10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2.9. Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.10. Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.10. Tributação--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas médias:

	<u>Alíquotas médias</u>
IPI - Imposto sobre Produto Industrializado	5,71%
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	6,76%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	6,23%
PIS - Programa de Integração Social	1,35%

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.10. Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.11. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.12. Resultado por ação

O cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.13. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

- (1) Instrumentos financeiros ao custo amortizado;
- (2) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e
- (3) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros ao custo amortizado. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras obrigações risco sacado, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e derivativos. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a valor justo por meio de resultado.

Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de hedge. Para os instrumentos derivativos, o valor justo é determinado na data em que um contrato de derivativo é celebrado e, subsequentemente, remensurado ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção “Hedge”, esta não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção “hedge accounting”.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

2. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

2.14. Subvenções

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

2.15. Investimentos em controladas

Os investimentos em sociedades controladas são registrados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, conforme CPC 18. De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, após a aquisição, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento.

O custo de constituição da sociedade controlada é mensurado pelo valor dos ativos cedidos ou passivos assumidos na data da operação, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à operação.

A Companhia avalia periodicamente o valor recuperável de seus investimentos. Quando a participação da Companhia na perda da controlada for igual ou ultrapassar o valor do investimento, a Companhia não reconhece perda adicional, a menos que tenha assumido obrigações, tenha efetuado pagamentos em nome dessas sociedades ou realizado adiantamentos para futuro aumento de capital.

As demonstrações contábeis da controlada são elaboradas com práticas consistentes e para o mesmo período de divulgação da Companhia.

2.16. Processo de Recuperação Judicial

A Companhia obteve a homologação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) em agosto de 2024 e, desde então, tem adotado as melhores práticas contábeis no relacionamento com seus credores. Em 2024, foi reconhecido o deságio referente aos credores da Opção I, que optaram por receber R\$100, renunciando à diferença do crédito. No caso dos credores que escolheram a Opção II, a Companhia reconhecerá o bônus de adimplência somente no vigésimo ano após a homologação do PRJ.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisões para litígios: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Tributos sobre o lucro: existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas as posições fiscais tomadas. A Companhia acredita que a provisão para o imposto de renda está adequada baseando-se em avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e opinião de seus assessores jurídicos.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Outros itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa; as taxas e prazos aplicados na determinação dos ajustes a valor presente de certos ativos e passivos, incluindo arrendamentos; além das análises de sensibilidade de instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

4. Novas normas e alterações de normas vigentes pela primeira vez em 2025 e normas não vigentes

Não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referente a novas normas ou alterações de normas contábeis vigentes a partir deste exercício. Não existem novas normas emitidas ou alterações de normas vigentes que ainda não tenham sido adotadas pela Administração. Adicionalmente, a Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alterações que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Adicionalmente, elencamos abaixo as normas e interpretações novas e as alterações de normas contábeis emitidas até o momento, mas não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

4. Novas normas e alterações de normas vigentes pela primeira vez em 2025 e normas não vigentes--Continuação

Norma nova e normas alteradas	Objetivo
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statement (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 só entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalentes à IFRS 18). Atualmente o CPC e suas entidades congraçadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

4. Novas normas e alterações de normas vigentes pela primeira vez em 2025 e normas não vigentes--Continuação

Norma nova e normas alteradas	Objetivo
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Em maio de 2024, o IASB emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o CPC deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: (i) Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. (ii) Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. (iii) Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. (iv) Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11	Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

4. Novas normas e alterações de normas vigentes pela primeira vez em 2025 e normas não vigentes--Continuação

A Companhia apresenta as normas novas e alteradas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Contudo, algumas das normas novas e alteradas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Na opinião da Administração, exceto pelo IFRS 18, não se esperam impactos materiais nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixas e bancos	92	7	5.888	44.608
	92	7	5.888	44.608

O montante de caixa e bancos não possuem restrições de uso e refere-se a numerários em espécies e saldos mantidos em conta corrente.

6. Aplicação financeira

	Consolidado	
	2025	2024
Aplicação financeira curto prazo	39.718	1.176
	39.718	1.176

Em 2025 as aplicações financeiras foram remuneradas durante o exercício de 97% a 100% da taxa do CDI (97% a 100% em 2024), são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

7. Conta vinculada

Em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$1.899 era composto substancialmente por duplicatas recebidas de clientes que ficaram bloqueados pelo Banco do Brasil. Os recursos não se encontravam disponíveis para resgate imediato e nem auferiam rendimentos financeiros durante o exercício anterior, pois em decorrência do início da recuperação judicial esses valores foram bloqueados pela instituição financeira. Em 17 de janeiro de 2025 o Banco do Brasil transferiu o valor para aplicação bloqueada, onde a Companhia não tem ação sob o mesmo, mas possui rendimentos.

Entre os meses de fevereiro a agosto de 2025 a instituição financeira realizou os resgates na aplicação mencionada para amortização do empréstimo totalizando R\$1.358. Porém, a partir de 10/12/2024 foram proferidas sentenças nos autos dos incidentes de Impugnação de Crédito nº 5057381-83.2023.8.21.0010 e 5058483-43.2023.8.21.0010, por meio das quais o Juízo da Vara Regional Empresarial de Caxias do Sul/RS concluiu pela não homologação do acordo celebrado entre o Banco do Brasil e a Brinox, sendo assim, o Banco do Brasil deixou de ser Extraconcursal Parceiro e passou a se enquadrar na opção de concursal. No entendimento da Administração o montante de R\$1.358 foi amortizado indevidamente e está sendo questionado judicialmente. A diferença dos saldos da rubrica “conta vinculada” entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 permanece em aplicações financeiras.

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2025	2024
Cientes a receber - mercado interno	86.928	91.274
Cientes a receber - exterior	54.186	42.597
	141.114	133.871
Provisão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(16.873)	(14.793)
Ajuste a valor presente	(2.498)	(1.872)
Circulante	121.743	117.206

Em 31 de dezembro, a posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

	Consolidado	
	2025	2024
Títulos a vencer	112.122	112.509
Títulos vencidos até 30 dias	3.141	2.429
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	1.247	986
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	8.495	1.169
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	1.394	962
Títulos vencidos há mais de 181 dias	14.715	15.816
	141.114	133.871

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

8. Contas a receber de clientes--Continuação

A movimentação da provisão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	(14.793)	(15.662)
Adições	(6.475)	(1.809)
Reversões	4.395	2.678
Saldo no final do exercício	(16.873)	(14.793)

9. Estoques

	Consolidado	
	2025	2024
Produtos acabados	38.323	33.123
Produtos em elaboração	27.548	28.781
Matérias-primas	20.807	20.506
Mercadoria para revenda	81.550	55.716
Material de uso e consumo	3.975	3.989
Adiantamentos a fornecedores	12.848	8.944
Ajuste a valor presente	(1.120)	(1.371)
Provisão para estoque obsoleto	(1.549)	(1.550)
	182.382	148.138

O saldo de adiantamento à fornecedores refere-se a compra de mercadoria para revenda com expectativa de recebimento no primeiro semestre do exercício de 2026.

10. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS a recuperar	-	-	4.064	615
PIS/COFINS a recuperar	-	-	171	66
IPI a recuperar	-	-	200	176
IRPJ a compensar	5	-	2.975	-
Outros impostos	-	1	909	1.265
Total circulante	5	1	8.319	2.122

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

10. Impostos a recuperar--Continuação

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

O saldo de ICMS a recuperar é composto por créditos apurados nas operações mercantis e na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, vinculados às atividades produtivas da Companhia e de sua controlada. O aumento observado em 2025 no consolidado decorre substancialmente da geração de créditos na controlada indireta Habitat, em razão da maior movimentação operacional e da composição tributária das operações realizadas no exercício.

PIS e COFINS

Os saldos de PIS e COFINS a recuperar são compostos por créditos apurados no regime não cumulativo, originados principalmente sobre aquisições de insumos, bens destinados ao ativo imobilizado e demais casos permitidos pela legislação tributária vigente.

IPI a recuperar

O saldo de IPI a recuperar é composto substancialmente por créditos tributários apurados nas operações da filial importadora decorrente da entrada de mercadorias destinadas à comercialização.

IRPJ a compensar

O saldo de IRPJ a compensar é composto por crédito fiscal decorrente de incentivo classificado como subvenção para investimento, nos termos da Medida Provisória nº 1.185/2023, bem como por saldo negativo de IRPJ apurado no exercício anterior, passível de compensação com tributos federais vincendos.

Outros impostos

O saldo de outros impostos a recuperar é composto principalmente por créditos tributários de natureza federal e estadual passíveis de compensação ou recuperação em exercícios subsequentes, conforme a legislação aplicável.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

11. Impostos de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
IRPJ/CSLL diferido sobre diferenças temporárias	68.059	53.774
Total ativo	68.059	53.774
IRPJ diferido sobre mais valia e ágio (Coza e Sigma)	(6.226)	(6.226)
Contribuição social diferida sobre mais valia e ágio (Coza e Sigma)	(2.241)	(2.241)
IRPJ/CSLL diferido sobre diferenças temporárias	(64.088)	(51.990)
Total passivo	(72.555)	(60.457)
Total líquido tributos diferidos	(4.496)	(6.683)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias. Os montantes de imposto diferido ativo são constituídos com base na sua expectativa de realização. Até o exercício de 2022 a controlada Brinox reconhecia imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa em montante que esperava realizar deduzindo a sua carga tributária em períodos futuros. Devido a situação de recuperação judicial, a Administração revisou suas projeções futuras e concluiu por baixar o saldo diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa no exercício de 2023 e permaneceu não constituindo nos exercícios subsequentes. A controlada Brinox possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa sobre o qual não constituiu imposto diferido no montante de R\$203.117 (R\$208.053 em 31 de dezembro de 2024).

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está descrita a seguir:

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

11. Impostos de renda e contribuição social--Continuação

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.046)	12.119	1.324	13.058
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com alíquota vigente	356	(4.120)	(450)	(4.440)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	(326)	4.148	-	-
IR/CL diferido não cont. s/ prej. fiscal e base negativa	(30)	(28)	1.678	7.086
Impacto da não tributação de créditos tributários	-	-	1.008	91
Outras exclusões/adições	-	-	(4.616)	(3.542)
Total do IR e CS	-	-	(2.380)	(805)
Diferido	-	-	2.187	(344)
Corrente	-	-	(4.567)	(461)
Alíquota efetiva	0,00%	0,00%	180%	6%

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

12. Ativo imobilizado

	Consolidado								
	Benfeitorias em prédios de terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Moldes e matrizes	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Imobilizado em andamento (i)	Total
Custo do imobilizado									
31 de dezembro de 2023	15.478	12.835	105.864	59.303	8.549	5.091	331	3.360	210.811
Adições	-	212	793	437	158	188	-	2.498	4.286
Transferências	513	1.509	1.599	1.009	-	-	-	(4.765)	(135)
Baixas	-	-	(53)	(17)	(15)	(20)	-	-	(105)
31 de dezembro de 2024	15.991	14.556	108.203	60.732	8.692	5.259	331	1.093	214.857
Adições	31	-	488	4	404	384	-	4.160	5.471
Transferências	1	248	(1)	3.180	(12)	12	-	(3.524)	(96)
Baixas	-	-	(149)	(8)	(61)	(104)	-	(1)	(323)
31 de dezembro de 2025	16.023	14.804	108.541	63.908	9.023	5.551	331	1.728	219.909
Depreciação acumulada									
31 de dezembro de 2023	(1.177)	(4.790)	(50.305)	(32.116)	(3.466)	(2.913)	(223)	-	(94.990)
Depreciações	(786)	(746)	(4.781)	(2.477)	(507)	(472)	(19)	-	(9.788)
Baixas	-	-	49	6	10	15	-	-	80
31 de dezembro de 2024	(1.963)	(5.536)	(55.037)	(34.587)	(3.963)	(3.370)	(242)	-	(104.698)
Depreciações	(790)	(780)	(4.728)	(2.595)	(524)	(490)	(19)	-	(9.926)
Baixas	-	-	32	1	30	94	-	-	157
31 de dezembro de 2025	(2.753)	(6.316)	(59.733)	(37.181)	(4.457)	(3.766)	(261)	-	(114.467)
Valor contábil líquido									
Saldo em 31/12/2023	14.301	8.045	55.559	27.187	5.083	2.178	108	3.360	115.821
Saldo em 31/12/2024	14.028	9.020	53.166	26.145	4.729	1.889	89	1.093	110.159
Saldo em 31/12/2025	13.270	8.488	48.808	26.727	4.566	1.785	70	1.728	105.442

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

12. Ativo imobilizado--Continuação

Em 2025 e 2024 a Companhia realizou a análise de recuperabilidade de seu ativo imobilizado e não verificou indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável do ativo imobilizado foi necessária. A Companhia revisa e ajusta a vida útil-econômica estimada para o cálculo da depreciação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração atualizou a análise e não identificou a necessidade de alteração das taxas.

- (i) Os valores presentes em imobilizados em andamento são referentes a moldes e matrizes fabricados internamente, com conclusão prevista para segundo semestre de 2026.

13. Investimentos

Os investimentos da Companhia apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Brinox Metalúrgica S.A. - Em Recuperação Judicial	94.121	95.164	-	-
Outros	-	-	4	4
	94.121	95.164	4	4

O investimento em controladas é avaliado com base no método de equivalência patrimonial conforme CPC 18 (R2). Os principais saldos da controlada são os seguintes:

	Brinox Metalúrgica S.A. - Em Recuperação Judicial	
	2025	2024
Ativo circulante	366.800	319.671
Ativo não circulante	195.788	208.325
Passivo circulante	172.939	116.674
Passivo não circulante	294.490	315.109
Patrimônio Líquido	95.159	96.213
Receita líquida	626.083	524.359
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(969)	12.333
Percentual de participação	98,91%	98,91%
Resultado de equivalência patrimonial	(959)	12.199

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

13. Investimentos--Continuação

A movimentação do investimento na controlada Brinox está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	95.164	77.945
Equivalência patrimonial	(959)	12.199
Ajuste de avaliação patrimonial	(86)	5.021
Outros	2	(1)
Saldo no final do exercício	94.121	95.164

A Companhia também possui controle indireto por meio da Brinox nas entidades Roceral, Habitat e Casidades. A atividade principal da Roceral e Casidades é a operação de Trading e da Habitat é o comércio varejista.

14. Intangíveis

Consolidado

	Ágio Coza	Ágio Sigma	Ágio Brinox	Softwares e outros	Total
Custo do intangível					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	24.005	898	151.029	11.052	186.984
Adições	-	-	-	99	99
Transferências	-	-	-	135	135
Baixas	-	-	-	(31)	(31)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	24.005	898	151.029	11.255	187.187
Adições	-	-	-	56	56
Transferências	-	-	-	96	96
Baixas	-	-	-	(1)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	24.005	898	151.029	11.406	187.338
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(24.005)	(898)	(151.029)	(7.906)	(183.838)
Adições	-	-	-	(621)	(621)
Baixas	-	-	-	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(24.005)	(898)	(151.029)	(8.526)	(184.458)
Adições	-	-	-	(616)	(616)
Baixas	-	-	-	1	1
Saldo em 31 dezembro de 2025	(24.005)	(898)	(151.029)	(9.141)	(185.073)
Valor contábil Líquido					
Saldo 31 de dezembro de 2023	-	-	-	3.146	3.146
Saldo 31 de dezembro de 2024	-	-	-	2.729	2.729
Saldo 31 de dezembro de 2025	-	-	-	2.265	2.265

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

14. Intangíveis--Continuação

Consolidado

A Companhia em 2023 entrou com processo de recuperação judicial e naquele exercício não foi possível estimar a realização do plano de negócio das UGCs, sem que ocorra a aprovação do Plano de Recuperação Judicial na Assembleia Geral de Credores (AGC). Desta forma, durante 2023 foi constituída provisão para perda na recuperação do ágio oriundo de expectativa de rentabilidade futuras nas referidas UGCs.

15. Contratos de arrendamentos - CPC 06 (R2)

A Companhia realizou, em conjunto com sua controlada, a análise de seus contratos e identificou contratos de arrendamento elegíveis para aplicação do CPC 06 (R2) e avaliou os impactos da adoção inicial do CPC 06 (R2) - Arrendamentos, e aplicou a abordagem de transição simplificada ("método retrospectivo modificado") e não apresentou os valores comparativos do ano anterior à adoção. A Companhia avaliou, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses, e arrendamento cujo ativos são de baixo valor.

A Companhia possui contratos de locação, firmados com terceiros, os quais estão sendo classificados como arrendamento mercantil, que preveem a opção de renovação e rescisão. Estas opções são negociadas pela Administração para obter flexibilidade na gestão da carteira de ativos arrendados e alinhar-se as necessidades de negócio da Companhia. As taxas de desconto que expressam o tempo de realização dos direitos de uso, foram obtidas com base nos principais índices de inflação do mercado e taxa estimada para captação de empréstimo caso optássemos pela obtenção do objeto de arrendamento com prazos e cenários semelhantes. A taxa média utilizada corresponde a 8,45% a.a.

O quadro abaixo evidencia a localização, os vencimentos e prazos dos contratos:

Contrato de Aluguel	Vencimento	Prazos total (meses)
Imóvel Caxias do Sul	18/05/2031	120
Imóvel São Paulo	31/08/2029	60
Imóvel São Paulo	31/08/2026	24
Imóvel Espírito Santo	31/12/2030	120
Imóvel Espírito Santo	31/12/2032	120

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

15. Contratos de arrendamentos - CPC 06 (R2)--Continuação

O contrato do imóvel em Caxias do Sul se refere ao aluguel do imóvel da matriz da Brinox celebrado com a Newport, com o prazo de dez anos.

Os contratos na cidade de São Paulo se referem ao aluguel de dois escritórios onde trabalham o pessoal do comercial e o CEO da Brinox.

O contrato de Imóvel Espírito Santo com prazo de vencimento 31/12/2030 referente ao aluguel do pavilhão já construído. Já o contrato de Imóvel Espírito Santo com prazo de vencimento 31/12/2032 é referente ao contrato de construção BTS com a finalidade de ampliação da unidade fabril de Linhares.

A movimentação dos ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamento está apresentada abaixo:

Consolidado

Ativo de direito uso

Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	98.074
Novo contrato	155
Remensuração	5.444
Amortização	(10.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	93.130
Novo contrato	122
Remensuração	5.208
Amortização	(11.930)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	86.530

Passivo de arrendamento

Saldo em 31 de dezembro de 2023	99.569
Novo contrato	155
Remensuração	5.444
Pagamentos	(18.301)
Ajuste a valor presente (juros)	7.819
Saldo em 31 de dezembro de 2024	94.686
Novo contrato	122
Remensuração	5.208
Pagamentos	(19.269)
Ajuste a valor presente (juros)	7.433
Saldo em 31 de dezembro de 2025	88.180

Circulante	13.231
Não circulante	74.949

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

15. Contratos de arrendamentos - CPC 06 (R2)--Continuação

Consolidado--Continuação

Os compromissos futuros de longo prazo, oriundos destes contratos, estão apresentados a seguir:

	<u>Consolidado</u>
	<u>2025</u>
2027	14.804
2028	15.490
2029	16.646
2030	17.575
2031	8.860
2032	1.574
Total	<u>74.949</u>

16. Fornecedores

Os fornecedores a pagar demonstrados abaixo são compostos por pessoas jurídicas fornecedoras de insumos, bens, componentes e serviços essenciais para a operação, os quais não tiveram saldos renegociados na recuperação judicial da Companhia.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores a pagar - mercado interno	8	-	11.687	11.781
Fornecedores a pagar - mercado externo	-	-	55.049	23.939
	8	-	66.736	35.720
Ajuste a valor presente	-	-	(326)	(43)
Circulante	8	-	66.410	35.677

Já os fornecedores RJ demonstrados abaixo referem-se a fornecedores que tiveram saldos repactuados no plano de recuperação judicial da Companhia:

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

16. Fornecedores--Continuação

	Consolidado	
	2025	2024
Fornecedores a pagar - mercado interno RJ		
Classe I - Trabalhista	68	-
Classe III - Opção 1	825	2.035
Classe III - Opção 2	1.098	910
Classe III - Parceiros	7.406	14.743
Classe IV - ME e EPP	863	2.011
	10.260	19.699
Fornecedores a pagar - mercado externo RJ		
Classe III - Opção 1	267	300
Classe III - Opção 2	3.780	3.780
	4.047	4.080
	14.307	23.779
Circulante	6.589	9.405
Não circulante	7.718	14.374

Referente aos fornecedores RJ a Companhia está seguindo as seguintes premissas presentes no plano de recuperação judicial:

Classe I - Trabalhista: O credor trabalhista receberá a quantia de R\$13,2, limitado ao valor do respectivo crédito trabalhista, em uma parcela única, à vista, devida em até 30 dias contados da decisão final que incluir referido crédito na lista de credores. Eventual saldo será pago até o limite de R\$150, em 12 pagamentos mensais sucessivos, corrigidos pelo IPCA, incidentes a partir da efetiva habilitação do crédito até o efetivo pagamento; e ultrapassado o limite de R\$150, nos termos da Classe III - Opção 2. Em 31 de dezembro de 2025 o montante pago pela Companhia aos fornecedores Classe I - Trabalhista totalizou R\$205 (R\$33 em 31 de dezembro de 2024);

Classe III - Opção 1: Os credores que optaram pela opção 1 receberão seus créditos limitados a R\$100 em 24 vezes sem correção, sendo o pagamento inicial de R\$5 e a primeira parcela de R\$4 que foram pagas em 23 de setembro de 2024. As demais parcelas estão sendo pagas mensalmente a partir de outubro de 2024. Em 31 de dezembro de 2025 o montante pago pela Companhia aos fornecedores Classe III - Opção 1 totalizou R\$1.270 (R\$1.091 em 31 de dezembro de 2024);

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

16. Fornecedores--Continuação

Classe III - Opção 2: Os credores que optaram pela opção 2 receberão 4,5% de seus créditos em pagamentos anuais de 0,25% a.a. por 20 anos, com 2 anos de carência contadas a partir da Homologação do Plano, sem correção monetária. A Companhia terá um bônus de adimplência de 95,5% no final do vigésimo ano, equivalente a R\$4.478. Os credores que não se manifestaram tempestivamente no prazo, tiveram seus créditos alocados nessa opção. Os credores já receberam em 23 de setembro de 2024 o pagamento inicial de R\$5, que totalizaram até 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$150. Durante o exercício de 2025 não foram pagos valores. O próximo pagamento será em setembro de 2026.

Classe III - Parceiros: Os credores parceiros de produtos e serviços receberão seus créditos conforme o cronograma de amortização constante no plano de recuperação e indicado abaixo, contados da data da homologação do plano, de forma individual e personalizada, a depender dos prazos para pagamento e concessão de créditos adotados por cada Credor Parceiro, sem incidência de encargos. Os credores já receberam em 23 de setembro de 2024 o pagamento inicial de R\$5. Em 31 de dezembro de 2025 o montante pago pela Companhia aos fornecedores Classe III - Parceiros totalizou R\$9.110 (R\$843 em 31 de dezembro de 2024).

Cronograma de amortização (meses contados da Data da Homologação do Plano)	Percentual de amortização de acordo com o prazo de pagamento disponibilizado pelo fornecedor (em dias)			
	Até 30 dias	30 dias	60 dias	90 dias
Mês 1º ao mês 3º	0%	0%	0%	0%
Mês 4º ao mês 9º	0%	0%	10%	35%
Mês 10º ao mês 21º	0%	5%	30%	65%
Mês 22º ao mês 33º	0%	5%	30%	0%
Mês 34º ao mês 45º	5%	15%	30%	0%
Mês 46º ao mês 57º	5%	30%	0%	0%
Mês 58º ao mês 69º	15%	45%	0%	0%
Mês 70º ao mês 81º	15%	0%	0%	0%
Mês 82º ao mês 93º	60%	0%	0%	0%

Classe IV - ME e EPP: Os credores dessa classe receberam o valor de R\$4 limitado ao valor do respectivo crédito em até 30 dias contados da Homologação do Plano, sendo que eventual saldo de seus respectivos Créditos ME e EPP será pago, sem a incidência de encargos, em 24 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira devida no mês imediatamente seguinte ao mês da Homologação do Plano e as demais nos meses subsequentes. Em 31 de dezembro de 2025 o montante pago pela Companhia aos fornecedores Classe III - ME e EPP totalizou R\$1.226 (R\$872 em 31 de dezembro de 2024).

A movimentação ocorrida desde a homologação do plano até 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte para os créditos sujeitos a RJ:

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

16. Fornecedores--Continuação

Saldo em 15 de agosto de 2024 (i)	44.148
Perdão da Dívida (haircut)	(11.613)
Reclassificação de risco sacado	(5.800)
Pagamentos efetuados	(2.956)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.779
Pagamentos efetuados	(11.811)
Inclusão fornecedores	2.339
Saldo em 31 de dezembro de 2025	14.307

(i) Refere-se a data de homologação do PRJ.

A Companhia em 2024 com a aprovação do plano teve um ganho de R\$11.613 devido ao perdão da dívida juntos a seus credores fornecedores classe III que optaram pela opção 1.

O valor de R\$5.800 de Risco Sacado, refere-se a credores fornecedores que migraram para credores bancos.

Os montantes renegociados foram reconhecidos conforme as opções formalmente escolhidas pelos credores no prazo legal, conforme previsto na cláusula específica do plano aprovado em 24 de julho de 2024 e homologado em 15 de agosto de 2024. Até 31 de dezembro de 2025, não houve alegações formais de descumprimento do plano.

Em 31 de dezembro, a posição de fornecedores vencidos e a vencer é a seguinte:

	Consolidado	
	2025	2024
Títulos a vencer	76.735	43.211
Títulos vencidos até 30 dias	1.030	158
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	172	214
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	578	943
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	1.367	7.155
Títulos vencidos há mais de 181 dias	827	2.910
	80.709	54.591

O saldo de títulos vencidos entre 91 e 180 dias refere-se, principalmente, a obrigações decorrentes de compras vinculadas a processos de importação de mercadorias destinadas à formação de estoques, cujos desembaraços e finalizações ocorreram, em sua maior parte, no primeiro trimestre de 2026. No montante vencido há mais de 181 dias, além de obrigações decorrentes do mesmo cenário relacionado às aquisições no exterior, também estão incluídos valores em discussão no âmbito do processo de recuperação judicial. A Administração não espera variações significativas entre os valores registrados contabilmente e os montantes a serem efetivamente liquidados.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Encargos	Moeda	Consolidado	
			2025	2024
Não sujeitos a Recuperação Judicial:				
Banco Brasil ACC Exportação	4,75 a 8,39% a.a.	Dólar	6.487	7.637
NCE Bradesco	CDI + 5,20% a.a.	Reais	-	3.643
Banco IBM Leasing	Taxa 0,80 a 1,14% a.a.	Reais	249	484
Banco Santander - Emp. Veiculo	21,89% a.a.	Reais	8	11
Banco Daycoval	CDI + 6,14% a.a.	Reais	3.773	8.796
Capital de Giro Banco Safra	CDI + 8% a.a.	Reais	-	7.032
Banco Daycoval Financiamento	16,82% a.a.	Reais	104	174
Banco Daycoval	CDI + 6,17% a.a	Reais	4.210	-
			14.831	27.777
Empréstimos e Financiamentos - CP			13.029	21.055
Empréstimos e Financiamentos - LP			1.802	6.722
Sujeitos a Recuperação Judicial:				
Classe III - Opção 1 Não parceiros (i)	-	Reais	95	238
Classe III - Opção 2 Não parceiros (ii)	-	Reais	75.218	75.218
Classe III - Concursal Parceiros (iii)	6,3% a.a. + TR	Reais	108.596	97.972
Classe III - Concursal Parceiros (iii)	1,5% a.a.+ IPCA	Reais	2.040	1.930
Classe III - Concursal Parceiros Fiança (iii)	CDI	Reais	4.708	5.996
Classe III - Extraconcursal Parceiros (iv)	1% a.a. + CDI	Reais	8.793	11.739
Classe III - Extraconcursal Parceiros (iv)	9,5% a.a. + TR	Reais	-	4.245
			199.450	197.338
Empréstimos e Financiamentos RJ - CP			5.239	6.143
Empréstimos e Financiamentos RJ - LP			194.211	191.195
			214.281	225.115

O montante de R\$199.450 (R\$197.338 em 31 de dezembro de 2024) está contemplado no plano de recuperação judicial. As características das classes são as seguintes:

Classe III - Opção 1 Não parceiros (i): Os credores que optaram pela opção 1 receberão seus créditos limitados a R\$100 em 24 vezes sem correção, sendo o pagamento inicial de R\$5 e a primeira parcela de R\$4 que foram pagas em 23 de setembro de 2024. As demais parcelas estão sendo pagas mensalmente a partir de outubro de 2024. Em 31 de dezembro de 2025 o montante pago pela Companhia totalizou R\$143 (R\$62 em 31 de dezembro de 2024);

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Classe III - Opção 2 Não parceiros (ii): Os credores que optaram pela opção 2 receberão 4,5% de seus créditos em pagamentos anuais de 0,25% a.a. por 20 anos, com 2 anos de carência contadas a partir da Homologação do Plano, sem correção monetária. A Companhia terá um bônus de adimplência de 95,5% no final do vigésimo ano, equivalente a R\$71.833. Os credores que não se manifestaram tempestivamente no prazo, tiveram seus créditos alocados nessa opção. Os credores já receberam em 23 de setembro de 2024 o pagamento inicial de R\$5. Em 31 de dezembro de 2024 o montante pago pela Companhia totalizou R\$20. Durante o exercício de 2025 não foram pagos valores. O próximo pagamento será em setembro de 2026.

Concursal Parceiros (iii): Os credores parceiros bancos receberão seus créditos conforme o cronograma de amortização indicado na tabela abaixo do plano de recuperação, contados da data da homologação do plano, de forma individual e personalizada, a depender de cada Credor Parceiro, e conforme a escolha dos encargos. Os credores já receberam em 23 de setembro de 2024 o pagamento inicial de R\$5. Em 31 de dezembro de 2025 o montante pago pela Companhia totalizou R\$2.006 (R\$5.002 em 31 de dezembro de 2024);

Parcelas	Percentual de amortização
Do mês 1º ao mês 12º	0% (período de carência de principal)
Do mês 13º ao mês 24º	0% (período de carência de principal)
Do mês 25º ao mês 36º	0,5%
Do mês 37º ao mês 48º	2,5%
Do mês 49º ao mês 60º	4,0%
Do mês 61º ao mês 72º	8,0%
Do mês 73º ao mês 84º	10,0%
Do mês 85º ao mês 96º	15,0%
Do mês 97º ao mês 108º	25,0%
Do mês 109º ao mês 120º	35,0%

Extraconcursal Parceiros (iv): Os credores parceiros bancos receberão seus créditos em 48 parcelas mensais, sucessivas e iguais, sendo a primeira devida em 30 dias contados da Homologação do Plano, incidindo sobre o saldo devedor juros mensais equivalentes a 100% da variação positiva do CDI acrescido de 1,0% ao ano, ou, alternativamente, a remuneração da Taxa Referencial (TR) acrescida de 9,5% ao ano, conforme opção do Credor. Os credores já receberam em 23 de setembro de 2024 o pagamento inicial de R\$5. Em 31 de dezembro de 2025 o montante pago pela Companhia totalizou R\$4.416 (R\$1.512 em 31 de dezembro de 2024).

Os montantes renegociados foram reconhecidos conforme as opções formalmente escolhidas pelos credores no prazo legal, conforme previsto na cláusula específica do plano aprovado em 24 de julho de 2024 e homologado em 15 de agosto de 2024. Até 31 de dezembro de 2025, não houve alegações formais de descumprimento do plano.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação ocorrida desde a homologação do plano até 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte para os créditos sujeitos a RJ:

Saldo em 15 de agosto de 2024 (i)	213.713
Perdão da Dívida (haircut)	(15.579)
Reclassificação de risco sacado	5.800
Pagamentos efetuados	(6.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	197.338
Pagamentos efetuados	(6.565)
Juros apropriados	8.677
Saldo em 31 de dezembro de 2025	199.450

(i) Refere-se a data de homologação do PRJ.

A Companhia em 2024 com a aprovação do plano teve um ganho de R\$15.579 devido ao perdão da dívida juntos a seus credores instituições financeiras classe III que optaram pela opção 1.

Os montantes registrados no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado	
	2025	2024
2026	-	10.388
2027	7.994	8.016
2028	6.186	8.915
2029	7.228	7.320
2030	10.440	9.973
2031	13.320	13.573
2032	21.462	21.419
2033	32.957	32.496
2034	22.899	22.804
2035 a 2044	73.527	63.013
Total	196.013	197.917
Empréstimos e financiamentos	1.802	6.722
Empréstimos e financiamentos RJ	194.211	191.195

As garantias dadas aos empréstimos e financiamentos incluem aplicações financeiras, duplicatas do contas a receber, imobilizado e cartas fiança desde que não sujeitos a RJ.

Em decorrência desses financiamentos, algumas obrigações devem ser mantidas pela Companhia. O vencimento dos empréstimos de longo prazo ocorrerá conforme demonstrado acima, ressalvados os eventos de vencimento antecipado. Abaixo demonstramos os principais:

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Extraconcursal Parceiros (iv)--Continuação

- Ocorrência de qualquer fato, medida judicial ou extra judicial que possa afetar as garantias constituídas ou a solvência da Companhia;
- Existência de títulos protestados;
- Inadimplemento de outros contratos com a instituição financeira ou com quaisquer terceiros;
- Deferimento de recuperação judicial, extrajudicial, falência ou insolvência da Companhia e/ou dos avalistas;
- Se a Companhia e/ou avalistas sofrerem procedimento judicial ou extrajudicial que comprometa o cumprimento das obrigações junto às instituições financeiras.

A Companhia terá ao final do vigésimo ano um bônus de adimplência de R\$71.833 referente os credores da Opção II Não Parceiros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía *covenants* financeiros a serem cumpridos e cumpriu com os *covenants* não financeiros.

18. Debêntures

Após a aprovação e homologação do PRJ, o saldo remanescente da obrigada novada com base no art. 59 da Lei nº 11.101/2005 referente as debêntures no montante de R\$50.896 passou a ser apresentado na Classe III - Concursal Parceiros no valor de R\$43.665, e R\$7.231 como Classe III - Extraconcursal Parceiro, conforme demonstrado na nota explicativa 17 de empréstimos e financiamentos. O encerramento da 3ª emissão de debêntures, que faz parte do processo de reestruturação das dívidas da Companhia via PRJ, ocorreu em duas etapas:

- (i) Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) realizada em 07 de outubro de 2024, com aprovação unânime da novação e do encerramento da emissão na B3, incluindo a liberação das garantias e a dispensa do Agente Fiduciário; e
- (ii) Emissão do Termo de Quitação em 13 de janeiro de 2025 pelo Agente Fiduciário, formalizando o encerramento definitivo da emissão.

Não houve impacto no resultado de 2025 e 2024 em decorrência dos saldos de debêntures.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

19. Partes Relacionadas

Transações de Mútuos:

A partir de 28 de agosto de 2023 a controlada Brinox passou a realizar operações de mútuo com sua controlada Habitat (controlada indireta da Rio Jari). O contrato possuía inicialmente prazo de 1 ano e foi renovado de comum acordo entre as partes até 31 de dezembro de 2027.

A movimentação do saldo de mútuo a receber pela Brinox foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.200
Empréstimo de recurso efetuado para a Habitat	12.535
Saldo em 31 de dezembro de 2025	35.735

No exercício de 2025 não houve por parte da Habitat amortização de valores, mas houve novo aporte de R\$12.535. A Administração da Habitat possui a intenção de liquidar o valor no curto prazo.

Os saldos foram eliminados para fins de consolidação da Rio Jari em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2025.

A partir de 07 de novembro de 2024 a Brinox passou a realizar operações de mútuo com a sua controlada Roceral (controlada indireta da Rio Jari) com objetivo de empréstimos de recursos financeiros para aumentar o capital de giro da Brinox. O contrato possuía inicialmente prazo de 1 ano e foi renovado de comum acordo entre as partes até 31 de dezembro de 2027, sendo remunerado pela Brinox em 2% ao ano.

A movimentação do saldo de mútuo a pagar pela Brinox foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Empréstimo de recurso efetuado pela Roceral	16.163
Juros incorridos	396
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.559
Juros incorridos	301
Variação cambial	(1.825)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	15.035

No exercício de 2025 não houve por parte da Brinox o pagamento de juros, amortização do principal e nem novos aportes recebidos. A Administração da Brinox possui a intenção de liquidar o valor no longo prazo.

Os saldos foram eliminados para fins de consolidação da Rio Jari em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2025.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

19. Partes Relacionada0073

Transações Comerciais entre controladas

Em 2025 e 2024 a Brinox realizou compra e venda de mercadoria junto a suas controladas conforme demonstrado na tabela abaixo:

	2025		2024	
	Venda	Compra	Venda	Compra
Habitat	103.540	-	43.847	-
Roceral	-	(21.560)	-	(8.083)

As receitas da Brinox com partes relacionadas representaram 18,20% do total de faturamento da Companhia em 2025 (8,87% em 31 de dezembro de 2024).

No quadro resumo a seguir são apresentados o saldo do mútuo e os saldos de transações comerciais que a Brinox tem a pagar para a sua controlada Roceral em 31 de dezembro:

Débitos com partes relacionadas		Natureza	2025	2024
Roceral	Transação de mútuo - a pagar		(15.035)	(16.559)
Roceral	Transação comercial - a pagar		(4.381)	(8.083)
Total circulante			(19.416)	(24.642)
Circulante			(4.381)	(24.642)
Não circulante			(15.035)	-

No quadro resumo a seguir são apresentados o saldo do mútuo os saldos de transações comerciais que a Brinox tem a receber da sua controlada Habitat em 31 de dezembro:

Créditos com partes relacionadas		Natureza	2025	2024
Habitat	Transação de mútuo - a receber		35.735	23.200
Habitat	Transação comercial - a receber		46.980	31.968
			82.715	55.168
Circulante			31.320	31.968
Não circulante			51.395	23.200

Transações Comerciais entre Rio Jari e controladas (diretas e indiretas):

Em 2024 e em 2025 a Rio Jari não realizou compra e venda de mercadorias junto a suas controladas direta e indiretas.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

20. Impostos a recolher

	Consolidado	
	2025	2024
PIS a recolher	(1.976)	8
COFINS a recolher	(9.140)	27
IPI a recolher	(14.842)	36
Outros impostos a recolher	(7.138)	(1.670)
Parcelamentos a recolher	(17.595)	(18.677)
Total	(50.691)	(20.276)
Circulante	(39.377)	(7.310)
Não circulante	(11.314)	(12.966)

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

O saldo de ICMS a recolher decorre, principalmente, de valores apurados sobre operações próprias geradoras de débito do imposto, com destaque para as vendas a consumidores finais não contribuintes do ICMS, realizadas pela controlada indireta Habitat. O valor registrado reflete a obrigação tributária apurada no encerramento do exercício, conforme a legislação vigente, incluindo ajustes relacionados ao não reconhecimento de receita conforme o CPC 47.

PIS e COFINS

O saldo de PIS e COFINS a recolher é composto pelas apurações dos tributos no regime não cumulativo, referentes ao período de março a novembro de 2025, cujos valores, majoritariamente concentrados na controlada Brinox, não foram recolhidos dentro do exercício. Esses montantes foram posteriormente objeto de parcelamento formalizado junto à Receita Federal do Brasil em janeiro de 2026.

Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

O saldo de IPI a recolher é composto pelas apurações do imposto referentes ao período de março a novembro de 2025, cujos valores, majoritariamente concentrados na controlada Brinox, não foram recolhidos dentro do exercício. Esses montantes foram posteriormente objeto de parcelamento formalizado junto à Receita Federal do Brasil em janeiro de 2026.

Outros impostos a recolher

O saldo de outros impostos a recolher é composto, principalmente, por tributos retidos na fonte incidentes sobre serviços tomados, incluindo ISS e retenções federais de PIS, COFINS e CSLL, registrados de forma agrupada conforme a natureza das obrigações tributárias apuradas no encerramento do exercício.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

20. Impostos a recolher--Continuação

IR e CS a recolher

O saldo de IR e CS a recolher refere-se substancialmente aos valores apurados no encerramento anual da controlada Brinox, correspondentes às obrigações de IRPJ e CSLL incidentes sobre o resultado tributável do exercício, conforme a legislação fiscal vigente.

Parcelamentos a recolher

O saldo de parcelamentos a recolher é substancialmente representado por parcelamentos tributários efetuados junto à Receita Federal do Brasil em exercícios anteriores, abrangendo débitos de PIS, COFINS, IPI, IRPJ e CSLL, originalmente contratados para liquidação em 60 parcelas mensais, porém a controlada Brinox deixou de pagar esses débitos a partir de março de 2025 até dezembro de 2025 e em janeiro de 2026 a controlada Brinox parcelou novamente junto à Receita Federal e vem cumprindo com os pagamentos.

21. Outras contas a pagar

O saldo de outras contas a pagar é substancialmente representado por provisões diversas, que são estimativas para gastos operacionais recorrentes da Companhia, incluindo provisões para despesas com pessoal, serviços contratados e demais compromissos incorridos no curso normal das operações. O saldo de provisão de comissões refere-se a valores a pagar a representantes comerciais decorrente de vendas realizadas junto a clientes, apurados com base no desempenho e faturamento do período. Os outros valores possuem naturezas de adiantamentos de clientes nacionais, seguros a pagar e despesas pagas antecipadamente.

	Consolidado	
	2025	2024
Provisões diversas	10.723	9.450
Provisão de comissões	3.672	3.051
Outros	2.377	854
Total circulante	16.772	13.355

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

22. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi registrada no passivo, com base na opinião de seus assessores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável, sendo representada por ações trabalhistas.

	Consolidado	
	2025	2024
Trabalhista	1.723	1.553
	1.723	1.553

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.553	818
Adições	170	735
Saldo no final do exercício	1.723	1.553

Os assessores jurídicos da Companhia descrevem em três grupos a probabilidade de ocorrência de perdas sobre os processos nos quais a Companhia figura como ré: a) perdas possíveis; b) perdas prováveis e c) perda remota. Tal classificação foi efetuada com base nas jurisprudências existentes sobre as questões discutidas e nas instâncias em que se encontram as discussões.

A Companhia possui processos classificados com perda possível, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Tributária	136.192	230.292
Trabalhista	2.766	1.719
Civil	175	529
	139.133	232.540

Os processos tributários referem ao auto de infração expedido pela Receita Federal do Brasil relacionado ao ágio por incorporação reversa e sua amortização referente aos anos de 2011 a 2018. Durante o exercício de 2025 a Companhia obteve êxito nos Processos Administrativos nº 11080.733632/2017-83, nº 11080.744590/2019-78 e nº 14817.720018/2020-93, relacionados aos anos-calendário de 2012, 2013 e 2014, respectivamente, os quais resultaram na redução dos valores de passivos contingentes no montante aproximado de R\$168.894.

A Companhia possui outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco remoto para os quais nenhuma provisão foi constituída.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

23. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é de R\$289.602 em 31 de dezembro de 2025 (R\$289.512 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 289.225.074 (289.135.074 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. Na Assembleia Geral Extraordinária de 15 de julho de 2025 houve deliberação para o aumento de capital da Companhia no montante de R\$90 mediante a emissão de 90.000 ações, integralizadas pelo acionista Chromo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem.

Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê o cálculo do dividendo mínimo obrigatório com base em 10% do lucro líquido do exercício deduzido da Reserva Legal.

Em virtude da Companhia apresentar prejuízo acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram distribuídos dividendos.

24. Receita líquida

	Consolidado	
	2025	2024
Receita de produtos mercado interno	598.198	498.366
Receita de produtos mercado externo	173.340	145.830
Ajuste a valor presente	(15.107)	(10.677)
Impostos sobre vendas	(134.825)	(108.423)
Receita de subvenção (nota explicativa 28)	27.401	22.941
Receita de serviços	-	117
Devoluções e abatimentos	(22.924)	(23.795)
	626.083	524.359

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

25. Despesas por natureza e função

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Classificação por natureza				
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	-	-	(358.012)	(286.601)
Despesas com pessoal	-	-	(82.717)	(77.120)
Comissões, fretes e demais sobre vendas	-	-	(64.647)	(51.544)
Depreciação e amortização	-	-	(10.541)	(10.410)
Amortização direito de uso	-	-	(11.930)	(10.543)
Energia elétrica	-	-	(3.071)	(3.155)
Prestadores de serviços	-	-	(17.042)	(23.469)
Locações de máquinas, imóveis e veículos	-	-	(4.276)	(2.551)
Despesas com manutenções	-	-	(4.411)	(4.680)
Despesas com verbas	-	-	(21.065)	(16.936)
Haircut de fornecedores - receitas com processo de RJ (i)	-	-	-	11.613
Outras despesas	(99)	(93)	(37.223)	(36.263)
	(99)	(93)	(614.935)	(511.659)
Classificação por função				
Custo dos produtos vendidos	-	-	(412.276)	(343.921)
Despesas com vendas	-	-	(156.084)	(118.788)
Despesas administrativas	(99)	(93)	(37.175)	(44.794)
Outras desp. (receitas) operac. líquidas	-	-	(9.400)	(4.156)
	(99)	(93)	(614.935)	(511.659)

(i) Refere-se ao impacto positivo para Companhia do PRJ aprovado e homologado, que contemplou desconto (perdão da dívida junto a fornecedores).

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Juros sobre a cobrança de clientes			542	461
Juros sobre aplicação financeira	14	15	3.012	3.015
Descontos obtidos			2.947	904
Haircut de empréstimos e financiamentos - receitas com processo de RJ (i)	-	-	-	15.579
Variações cambiais ativas	-	-	8.582	12.501
Outras receitas financeiras	-	-	1.232	431
Receita financeira de ajuste a valor presente	-	-	14.480	10.579
Receitas financeiras	14	15	30.795	43.470
Descontos concedidos	-	-	(2.433)	(2.677)
Serviços e taxas bancárias	-	-	(1.561)	(4.639)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(11.519)	(7.188)
Variações cambiais passivas	-	-	(11.451)	(11.461)
Outras despesas financeiras	(2)	(2)	(3.535)	(5.427)
Ganho/Perda com instrumentos derivativos	-	-	(780)	780
Despesa financeira de ajuste a valor presente	-	-	(9.340)	(12.500)
Despesas financeiras	(2)	(2)	(40.619)	(43.112)
Resultado financeiro	12	13	(9.824)	358

(i) Refere-se ao impacto positivo para Companhia do PRJ aprovado e homologado, que contemplou desconto (perdão da dívida junto a instituições financeiras).

27. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de sua controlada, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia e de sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia e de sua controlada. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

27. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e de sua controlada. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e sua controlada, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, procuram desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e sua controlada caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de outros créditos.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia e sua controlada ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. Geograficamente não há concentração de risco de crédito.

A Companhia e sua controlada estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. Esta análise é efetuada primeiramente pelo analista de crédito, que avalia a capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e sua controlada e a avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais. As aprovações de créditos são realizadas conforme tabela de alçadas fixadas em políticas.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

27. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

Estrutura do gerenciamento de risco--Continuação

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia e sua controlada encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada constantemente monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional e otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. A Companhia e sua controlada garantem que possuem saldos suficientes para superar suas necessidades de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia e sua controlada estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos e debêntures com taxas de juros variáveis, principalmente CDI e TJLP.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e sua controlada de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e sua controlada.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

27. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

Estrutura do gerenciamento de risco--Continuação

Risco operacional--Continuação

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional, visando evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e sua controlada para a Administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Código de ética e conduta;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz; e
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada realizam para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de endividamento ligados a passivos originados em suas operações de acordo com os padrões de mercado.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

27. Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

Estrutura do gerenciamento de risco--Continuação

Risco operacional--Continuação

	Consolidado	
	2025	2024
Total do passivo circulante e não circulante	467.435	431.703
Caixa e equivalentes de caixa	(5.888)	(44.608)
Aplicações financeiras	(39.718)	(1.176)
Dívida líquida (A)	421.819	385.919
Total do patrimônio líquido (B)	95.250	96.301
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro (A/B)	443%	401%

Instrumentos financeiros derivativos

A controlada da Companhia, Brinox, possuía em 31 de dezembro de 2024 contrato de swap com marcação a mercado ativa de R\$780, com o objetivo único de proteção a riscos na oscilação de operação de empréstimo em moeda estrangeira. Os ganhos e as perdas são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade com o regime de competência. A operação que existia em 31 de dezembro de 2024 foi liquidada durante o exercício de 2025 e não foram realizadas novas operações.

Em 2024 e 2025 a Companhia e sua controlada não possuía instrumentos financeiros derivativos e não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

28. Receita de subvenções governamentais

Com base no artigo 30 da lei 12.973/14, aditado após a promulgação da Lei Complementar 160 em 07 de agosto de 2017, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal são considerados subvenções para investimentos, não podendo ser distribuídos como lucro ou dividendos aos acionistas.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

28. Receita de subvenções governamentais--Continuação

A adoção deste procedimento é fundamento para a não tributação da subvenção para investimentos no âmbito do imposto de renda e da contribuição social. Porém com a sua revogação pela Lei nº 14.789, de 2023, todos os tipos de subvenções recebidas a partir de 2024 passam a ser tributados pelo IRPJ e pela CSLL. Em compensação, as pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real que recebem subvenção da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para implantar ou expandir empreendimento econômico podem apurar crédito fiscal de subvenção para investimento, correspondente ao produto das receitas de subvenção e da alíquota de 25% relativa ao IRPJ, desde que observado o disposto na legislação. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou o montante de R\$27.401 (R\$22.941 em 31 de dezembro de 2024), o montante de R\$27.401 referente a 2025, foi oferecido a tributação do IRPJ e CSLL.

29. Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros contra sinistros está estipulada em R\$466.998,27 com prazo de vigência inicial de 03/11/2025 até 03/11/2026.

30. Eventos subsequentes

(i) Em janeiro de 2026 foi formalizado o parcelamento no montante de R\$ 34.942 junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil referente a tributos federais em atraso acumulados entre março e novembro de 2025, cujas parcelas vêm sendo adimplidas regularmente pela controlada Brinox.

(ii) Em março de 2026 a controlada Brinox decidiu pela descontinuidade da utilização do imóvel atualmente ocupado para suas operações na matriz em Caxias do Sul - RS. A decisão foi formalizada junto ao locador Newport Logística Fundo de Investimento Imobiliário em 17/03/2026, considerando que concluído o período de aviso prévio, a rescisão se aperfeiçoará em 17 de setembro de 2027, observando os termos contratuais vigentes. A decisão é decorrente da otimização da estrutura operacional da controlada Brinox, tendo em vista que o imóvel atualmente utilizado apresenta capacidade superior às necessidades atuais de suas operações, bem como pela busca de eficiência no custo de locação.

Rio Jari SP Participações S.A. - Em Recuperação Judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

30. Eventos subsequentes--Continuação

A Administração estima redução relevante nas despesas operacionais recorrentes com a descontinuidade do referido contrato de locação. A referida medida está alinhada à estratégia de reestruturação, contribuindo para a melhoria do fluxo de caixa e ampliando a capacidade de cumprimento das obrigações junto aos credores. Em decorrência da rescisão antecipada do contrato de locação, poderá haver incidência de multa rescisória, a qual se encontra atualmente em processo de negociação entre as partes e até a presente data não é possível estimar com confiabilidade o valor da eventual obrigação. Portanto, a Administração vai seguir avaliando o custo total com a desmobilização desse ativo nos próximos meses.